

A CONCEPÇÃO PROBLEMATIZADORA E LIBERTADORA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ECOMUNITARISTA

Raquel Alves Pereira Avila – FURG
raquelavila111@gmail.com
CAPES

Eixo 3: Soberania alimentar, agroecologia e educação ambiental (debate teórico, experiências práticas)

Resumo: Este artigo versa sobre a concepção problematizadora e libertadora que fundamenta a educação ambiental ecomunitarista. A educação “bancária” é responsável pela conservação do *status quo* da sociedade opressora, estimulando a contradição opressores-oprimidos e impedindo a vocação humana de “ser mais” e do desenvolvimento das vocações, potencialidades e criatividade dos indivíduos. As problematizações socioambientais permitem a conscientização e transformação da realidade para vivermos num mundo que realize a regeneração e preservação dos recursos naturais e respeite a natureza (humana e não humana). Este trabalho aborda a educação ambiental ecomunitarista, proposta por Sirio Lopez Velasco, e sua fundamentação na pedagogia problematizadora e libertadora de Paulo Freire.

Palavras-chave: Educação ambiental ecomunitarista, concepção problematizadora e libertadora

1. Introdução

A educação, na sua compreensão ambiental, surgiu nas décadas de 60 e 70 a partir da tomada de consciência dos problemas ambientais decorrentes da poluição e devastação dos recursos naturais originários da intensificação e expansão do sistema capitalista de produção, distribuição e consumo. Este artigo trata da concepção problematizadora e libertadora da educação ambiental à luz do ecomunitarismo, que apresenta um caráter ético e político visando à problematização das questões socioambientais para a sua transformação.

A abordagem da educação ambiental ecomunitarista engloba a crítica da presente crise socioambiental e a ação transformadora rumo a uma sociedade pós-capitalista, o ecomunitarismo. Muitas concepções de educação ambiental fazem a crítica ao capitalismo, mas não apresentam um caminho para a sua superação, esse é o diferencial da educação ambiental ecomunitarista comparada com as demais concepções de educação ambiental. Muitas práticas de educação ambiental não estão servindo com o objetivo de transformação da situação opressora e da conscientização dos percalços ambientais, exatamente porque não atacam o sistema capitalista que se constitui na raiz do problema. Em nossa sociedade a educação não é ambiental porque não serve para a problematização e conscientização dos problemas socioambientais, com vistas a uma atitude de libertação dos seres humanos.

A fundamentação teórica desse trabalho é a Educação Ambiental Ecomunitarista na concepção problematizadora e libertadora de Paulo Freire.

2. O Ecomunitarismo

A ciência a serviço do capitalismo está provocando graves problemas socioambientais para a humanidade, e essa ética do século XX não tem uma resposta eficiente de alcance universal para evitar e/ou minimizar esses graves riscos planetários. O ecomunitarismo como a ética para o século XXI promove uma ética universalizável, capaz de orientar o agir no contexto do capitalismo para superá-lo (Lopez Velasco, 2005, p. 9).

De acordo com Lopez Velasco (2005, p. 14), os fundamentos lógico-linguísticos da ética argumentativa do ecomunitarismo: a) partem de Austin, mas, b) recuperando o instrumental da lógica formal e fazendo uso em especial do operador que chama de “condicional” (e não de subcondicional), c) tenta mostrar que é possível deduzir, por via estritamente argumentativa da própria gramática da pergunta que instaura o universo da ética (a saber: “Que devo fazer?”), normas de validade intersubjetiva universal (pelo menos na cultura “ocidental”). As obrigações morais e éticas constituem-se somente por meio da linguagem mediante a resposta à pergunta: “Que devo fazer?”

Primeira norma ética: “Devo garantir minha liberdade de decisão porque eu garanto minha liberdade de decisão é condição de eu faço a pergunta ‘Que devo fazer?’ (numa realização feliz)”. A felicidade da pergunta “Que devo fazer?” possibilita a escolha de pelo menos duas alternativas de pensamento e/ou ação. Isso significa liberdade de decisão. Em virtude da condição social do ser humano, talvez nunca a pergunta “Que devo fazer?” será plenamente “feliz”. Mas ao mesmo tempo é a instauração/reafirmação da liberdade individual de decisão e da luta para consegui-la (Lopez Velasco, 2005, p. 17).

Segunda norma da ética: “Devo buscar consensualmente uma resposta para cada instância da pergunta ‘Que devo fazer?’”, porque eu busco consensualmente uma resposta para cada instância da pergunta ‘Que devo fazer?’ é condição da pergunta ‘Que devo fazer?’ é feliz”. Essa norma traça os limites da pergunta da 1ª. norma da ética, da liberdade individual de decisão. Exige uma vivência consensual da liberdade. O consenso é sempre provisório, no caso das normas éticas, e pode transformar-se em dissenso e vice-versa (Lopez Velasco, 2005, p.18).

Terceira norma da ética: “Devo preservar uma natureza saudável do ponto de vista produtivo, porque eu preservo uma natureza saudável do ponto de vista produtivo é condição de eu faço a pergunta ‘Que devo fazer?’ (numa realização feliz)” (Lopez Velasco, 2005, p. 20). A norma ecológica é um importante fundamento argumentativo para a tarefa da preservação-regeneração da natureza (humana e não humana), imprescindível para a ordem socioambiental ecomunitarista.

A proposta de uma nova ordem socioambiental pós-capitalista é de extrema relevância na atual conjuntura de crise econômica e ambiental em que vivemos. A educação ambiental à luz do ecomunitarismo apresenta uma abordagem ética e política que contribui para a formação de sujeitos críticos e transformadores da sociedade.

O autor e idealizador do ecomunitarismo, Sirio Lopez Velasco, diz:

Chamo de “ecomunitarismo” a ordem socioambiental utópica pós-capitalista (talvez nunca alcançável, mas indispensável horizonte guia da ação), capaz de se articular com base nas três normas da ética e manter-se pela postura de seres humanos em atitude de libertação (Lopez Velasco, 2005, p. 20).

O ecomunitarismo supera a sociedade dividida em classes sociais, as necessidades haverão de ser redefinidas consensualmente com base nas três normas da ética, o que inclui uma atitude de constante preservação e regeneração da natureza (conforme a norma ecológica). Dessa forma, a economia ecomunitarista é ecológica e solidária, constituindo os seres como uma família a nível planetário. Simultaneamente tem-se a prática da democracia participativa e direta, superando a pseudodemocracia representativa que impera atualmente (Lopez Velasco, 2010, p. 16).

De acordo com Lopez Velasco (2012, p. 17), fazem parte dos pressupostos do ecomunitarismo: a) uma economia ecológica e solidária sem padrões, sem dinheiro e sem desemprego que preserva-regenera a saúde da natureza humana e não humana e articula-se com base no princípio ‘de cada um segundo sua capacidade e a cada um segundo suas necessidades’; b) uma erótica do prazer compartilhado, não sexista e não repressiva; c) uma pedagogia ambiental problematizadora; d) uma política de todos; e) uma comunicação livre e simétrica baseada na mídia comunitária associativa, expropriando as oligarquias do seu monopólio.

O ecomunitarismo é um caminho para vivermos num mundo justo, igualitário e ambientalmente saudável para enfrentarmos os graves problemas socioambientais da atualidade decorrentes do modo de produção capitalista.

3. A Educação Ambiental Ecomunitarista

A Educação Ambiental Ecomunitarista fundamenta-se na ética argumentativa da libertação, segundo a qual: devemos dialogar com os outros, é bom fazê-lo no contexto da ação teórico-prática de desvelamento crítico e transformação libertadora da realidade, e devemos buscar uma ordem socioambiental sustentável. Lopez Velasco (2008, p. 38) define “libertação” como o processo histórico de construção da liberdade de decisão consensual a propósito de nossas vidas através da discussão e da luta contra as instâncias de dominação intersubjetiva e de auto repressão alienada. Desse processo faz parte o estabelecimento de relações produtivas e estéticas de caráter preservador-regenerador entre os seres humanos e o restante da natureza.

O termo “educação” pode ser entendido como sinônimo de “conscientização” (na concepção de Paulo Freire), como o desvelamento crítico da realidade e a ação transformadora sobre ela no sentido da construção de uma comunidade humana sem opressores nem oprimidos. À luz da educação ambiental, o termo “comunidade humana” pode abranger a ordem socioambiental sustentável nas relações inter-humanas e entre os seres humanos e o restante da natureza (Lopez Velasco, 2008, p. 38).

Paulo Freire confere a chave da epistemologia da pedagogia da libertação com a seguinte assertiva: “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão mediatizados pelo mundo”. Essa frase propõe a alternativa do desenvolvimento dialogal, consensual do conhecimento como uma utopia possível à luz da luta pela superação da dicotomia opressores-oprimidos (Lopez Velasco, 2008, p. 41).

É fundamental que se consiga que a decisão consciente do indivíduo passe a ser o eixo da sua conduta, conforme o exige a primeira norma da ética. No ecomunitarismo, esse indivíduo é um ser universal porque realiza suas múltiplas vocações em convergência com os demais indivíduos (Lopez Velasco, 2012, p. 20). Esse indivíduo, que possui uma consciência planetária e cosmológica se reconhece como parte da biosfera e do cosmos. A norma ecológica indica uma relação dialética entre a natureza humana (ser humano) e a natureza não humana (os demais componentes bióticos e os componentes abióticos do ecossistema). Quando o homem começa a ter essa consciência universal e se reconhece como parte da natureza, inicia-se um processo de despertar e desvelamento dos mecanismos presentes na natureza, até então velados, e a partir daí, tem-se o processo de integração da natureza

(homem) consigo mesma, o que promove a atitude de respeito e preservação-regeneração da natureza humana e não humana. É dessa forma que a educação ambiental precisa trabalhar para promover a conscientização, problematização, intervenção e transformação da sociedade.

O “meio ambiente” é o espaço ocupado pelos seres vivos e por entes não vivos e as relações entre eles. No meio ambiente estão presentes as relações sociais e culturais numa interação dialética com os componentes bióticos e abióticos do planeta. Por essa razão surge a pergunta: Pode haver uma educação que não seja “ambiental”? Pode-se afirmar que, embora toda a educação preocupe-se com o meio social no qual o educando vive, há modelos educacionais que não tem se preocupado com os ecossistemas e com as relações dos seres humanos nesses ambientes, fato comprovado pela poluição, devastação e ameaça à sobrevivência de numerosas espécies, incluindo a espécie humana, visto que a poluição (em particular pelas atividades industriais, agrícolas e pelos gases emitidos pelos veículos movidos a petróleo) da terra, da água e do ar acarretam doenças que nos afetam (Lopez Velasco, 2008, p. 14).

Freire situou a construção do conhecimento no interior da “práxis”, definindo como “a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo”. Portanto, a relação dos sujeitos com o fenômeno não é unicamente teórica, mas também prático-transformadora. Como resultado disso, não somente as opiniões dos sujeitos a respeito do referente se transformam, como muda, também, o próprio referente. E a mudança do referente influenciará os próprios sujeitos cognoscentes e seus sucessores no interior de uma interação de tipo “sistêmica” e histórica. Por isso, no gráfico abaixo, observa-se a seta dupla que parte tanto dos sujeitos para o referente como do referente para os sujeitos (Lopez Velasco, 2008, p. 42).

Graficamente e reinterpretando a proposta freireana como uma visão sistêmica qualitativa e histórica da interação entre seres humanos e entre eles e a natureza não humana, pode-se representar a situação da seguinte maneira (Lopez Velasco, 2008, p. 42):



C: representa cada um dos sujeitos na interação dialogal que faz parte do processo de conscientização.

R: representa o referente, ou seja, o objeto da interação dialogal no qual os sujeitos estão desenvolvendo o conhecimento.

Conscientização requer ação-reflexão. A conscientização consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência, em ultrapassar a esfera espontânea ingênua de apreensão da realidade, para chegar a uma esfera crítica. Quanto mais consciente, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência do fenômeno analisado. A consciência não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato de ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo, que caracteriza os homens. É através do processo de conscientização que a realidade se desvela, permitindo a resolução dos problemas socioambientais.

Lopez Velasco (2012, p. 33) considera a educação como um fenômeno político-pedagógico, fundamentado na educação problematizadora (tanto em nível formal como informal) de Paulo Freire que, na proposta ecomunitarista, assume um caráter socioambiental no paradigma da educação ambiental. A Educação Ambiental Ecomunitarista é uma educação socioambiental problematizadora alicerçada nas três normas da ética e orientada numa perspectiva pós-capitalista rumo ao ecomunitarismo, fundamentada na educação problematizadora segundo Paulo Freire. Tem base na “conscientização”, definida como o desvelamento crítico da realidade e a ação transformadora sobre ela rumo a uma sociedade sem opressores nem oprimidos. Dessa forma, se o capitalismo apresenta relações de opressão, então a educação problematizadora (se pretende ser verdadeiramente freireana) deve apontar para além do capitalismo. E a educação problematizadora deve realizar o desvelamento crítico das relações de opressão entre os seres humanos e destes com a natureza não humana, com o objetivo de combater a opressão, para que os atuais oprimidos não se tornem novos opressores.

Para Freire, educar-se é conscientizar-se, e “conscientização” significa desvelamento crítico das instâncias de dominação existentes na realidade para transformá-la rumo a uma sociedade sem opressores nem oprimidos. Se essa perspectiva for ampliada, na abordagem socioambiental, então se pode estender o desvelamento crítico ao conjunto das instâncias de dominação e devastação da natureza (Lopez Velasco, 2008, p. 20).

Para a defesa da ordem socioambiental voltada à superação do modelo opressor, necessita-se de uma educação ambiental que afronte ao capitalismo. A educação política refere-se a uma educação para a formação de cidadãos capazes de organizar-se mediante sua

participação argumentada, consciente e permanentena localidade onde vivem. A educação ambiental ecomunitarista, fundamentada nas três normas da ética, deve perpassar o dia a dia das salas de aula e se estender a todas as esferas da educação (Lopez Velasco, 2012, p. 36).

Para a educação formal,Lopez Velasco (2012, p. 36) propõe as seguintes diretrizes:

- 1) Vincular os conteúdos a problemas socioambientais da vida dos alunos e dos brasileiros nas áreas de: produção, distribuição, consumo, lixo, classes sociais, alimentação, saúde, moradia, higiene, lazer, sexualidade e ecologia. Trabalhar essas questões como temas transversais e incluir nos conteúdos específicos;
- 2) Promover a pesquisa coletiva e individual. O professor deve exercer o papel de “auxiliar de planejamento, observação, elaboração de hipóteses, testes das mesmas e elaboração de resultados”, numa atividade investigativa que visa à redescoberta, reconstrução dos conhecimentos mediante a reflexão dialogada;
- 3) Fazer trabalhos de campo e/ou criar espaços, mesmo que modestos, na própria escola ou instituição educativa, voltados para atividades de pesquisa descritiva ou experimental;
- 4) Dialogar na escola e/ou “in loco” com conhecedores do tema em estudo, visando a integração dos conhecimentos técnicos e as suas implicações socioambientais;
- 5) A partir do trabalho coletivo de investigação e sistematização elaboradas com a ajuda do professor e de conhecedores, promover ações voltadas a informação e intervenção na busca de soluções para problemas socioambientais existentes na escola ou instituição educativa, no entorno desta, no bairro de residência dos alunos e/ou na localidade onde for realizada a pesquisa.

A ação pedagógica/política abrange, além da esfera familiar e da educação formal, todos os espaços das relações humanas (entre elas, as ações de bairro, dos movimentos e organizações culturais e sociais não-governamentais, incluindo as das “minorias”, as sindicais, políticas e aquelas realizadas por intermédio dos diversos meios de comunicação, a mídia). Em todos estes, as três normas da ética, assim como os princípios da pedagogia problematizadora, indicam que simultaneamente com a luta contra a resistência feroz dos mantenedores, por ação ou omissão do atual caos socioecológico, o desafio maior no caminho que aponta na direção do ecomunitarismo é a superação da dicotomia dirigentes-dirigidos (Lopez Velasco, 2005, p. 135).

O educador que a ética da libertação pretende formar parte da pedagogia problematizadora, ou seja, educação como sinônimo de conscientização. Ela se propõe fazer com que educadores e educandos desenvolvam o desvelamento crítico e a transformação desse mundo, rumo a uma ordem sem opressores e oprimidos (Lopez Velasco, 2005, p. 228).

Lopez Velasco (2004, p. 71) define a “libertação” como o “processo histórico de construção da liberdade de decisão consensual a propósito de nossas vidas através da discussão e da luta contra as instâncias de dominação intersubjetiva e de auto repressão alienada; desse processo faz parte o estabelecimento de relações produtivas e estéticas de caráter preservador-regenerador entre os seres humanos e o restante da natureza”.

Com base nisso, a educação à luz da ética argumentativa da libertação (educação ambiental ecomunitarista) é a ação com base numa pedagogia problematizadora, ou pedagogia da libertação que se caracteriza, segundo Lopez Velasco (2008, p. 39), dentre outros, pelas seguintes características:

- a) Os instrumentos da cultura erudita e os conhecimentos científicos são utilizados a serviço da conscientização – mobilização dos oprimidos em luta para superar o capitalismo e alcançar uma ordem socioambiental sustentável constituída por indivíduos livremente associados e multilateralmente desenvolvidos e respeitosos da natureza não humana;
- b) Estabelece vínculos de mútuo enriquecimento entre a cultura “erudita” e a cultura “popular”, aquela que à margem da educação formal, os oprimidos constroem no seu dia a dia das suas vidas e das suas lutas;
- c) O ponto articulador da ação pedagógica são as questões ligadas à vida diária e à luta dos oprimidos;
- d) Supera a contradição educador-educando, propiciando a construção dialógica do conhecimento vivo (ligado ao dia a dia e cimentado na pesquisa e na reflexão) numa dinâmica em que ambos são educandos-educadores, porque são investigadores críticos, isto é, sujeitos desveladores da realidade social e engajados na sua transformação socioambiental libertadora;
- e) Combate o fatalismo e o assistencialismo através da crítica e da autorreflexão, e aposta na capacidade de luta dos e com os oprimidos para melhorar a vida da população e superar o capitalismo;
- f) Defende a tomada democrática das decisões e visa à superação da disciplina verticalmente imposta pela autodisciplina consensualmente estabelecida e avaliada.

- g) A EA é a educação problematizadora embasada na ética argumentativa da libertação (que incorpora o pensamento sistêmico) e orientada rumo ao ecomunitarismo.

A realidade precisa ser desvelada pela educação problematizadora. Na apreensão ingênua da realidade, de forma acrítica e alienada, ficam ocultos os mecanismos sociais de dominação-repressão-destruição que articulam seu poder de ação opressor. Por essa razão, as “consciências imersas” nessa realidade alienadora, devem “emergir” no processo de descoberta dos mecanismos encobertos. Mas essa emergência somente será satisfatória e possível, se o processo de compreensão intelectual acompanhar a ação transformadora, que orienta para a superação dos mecanismos sobre os quais se assenta a dicotomia entre opressores e oprimidos, o que inclui o poder opressor do sistema capitalista sobre a natureza oprimida. E também para a minimização dos impactos ambientais e preservação-regeneração da natureza (Lopez Velasco, 2004, p. 72).

Cada ser humano está chamado a ser um educador ambiental. Em especial, mas sem perder a condição de educandos na relação dialógica que deles se espera, esse papel é exigido dos pais, dos integrantes das organizações ambientalistas, dos professores de todos os níveis, dos jornalistas e comunicadores em geral, dos sindicalistas e ativistas sociais e políticos, das lideranças comunitárias, e, quando despertarem para tal, das lideranças religiosas e dos administradores (Lopez Velasco, 2008, p. 40).

4. A concepção problematizadora e libertadora da educação ambiental ecomunitarista

Atualmente, em muitos casos, a educação ambiental é encarada como modismo sem um aprofundamento e conscientização dos graves problemas ambientais que a humanidade enfrenta. Assim, a educação familiar e a educação formal (nas escolas e universidades) que centram seus esforços em estimular a ascensão de classe social e omitir os fatores ambientais podem ser chamadas de “educação não ambiental” (Lopez Velasco, 2008, p. 15). É a educação que causa a insensibilidade com a natureza, a alienação e a reprodução do *status quo* (pela prática da educação “bancária”) impedindo a conscientização, a problematização e a superação dos problemas socioambientais.

Diante disso, parece claro que há uma suposta “educação ambiental” que peca pela falta de profundidade e abrangência e não passa de um modismo pelas questões ambientais, já que a grande mídia que a suscita não discute nunca os fundamentos da sociedade capitalista, que são causadores da crise social e ecológica que vivemos. Como exemplo desses

fundamentos, pode-se citar: a) o fato de que nessa sociedade uma minoria é dona dos grandes meios de produção (terras e fábricas), distribuição (supermercados), transporte (veículos de terra, mar e ar) e dos bancos; enquanto que a grande maioria trabalha para essa minoria ou sofre com o desemprego, por não ter meios de produção nos quais aplicarem as suas capacidades produtivas; b) o objetivo da produção é a obtenção de mais dinheiro que aquele que foi investido nela, ou seja, o enriquecimento, e não a satisfação das diversas necessidades humanas, a tal ponto que milhões são os potenciais consumidores que morrem de fome ou doenças curáveis, por não terem o dinheiro indispensável para comprar os alimentos e os remédios (Lopez Velasco, 2008, p. 15).

Com relação às concepções de educação ambiental vigentes, Lopez Velasco explica que:

... no Brasil e no mundo, há duas grandes vertentes de EA (que não são “matizes” de uma só, mas propostas divergentes): uma que achando-se “crítica e transformadora” apregoa a manutenção “melhorada” do capitalismo, e a outra que sendo efetivamente crítica e transformadora do capitalismo, defende a necessidade de superá-lo no ecomunitarismo. Devo dizer que a EA ecomunitarista sente-se muito bem acompanhada por algumas propostas do ecossocialismo, do ecofeminismo e do socialismo do século XXI que está nascendo na América Latina (2010, p. 20).

Com essas omissões fundamentais, a EA com visão no “modismo”, ou seja, a educação não ambiental serve inclusive de instrumento midiático para que alguns capitalistas divulguem uma boa consciência ambiental, financiando projetos de revitalização de algum rio poluído ou de alguma espécie ameaçada de extinção, ou seja, promovem uma educação baseada num capitalismo mais sustentável. Para essa suposta EA, o capitalismo é a forma social definitiva da espécie humana, e ela nem sonha em imaginar um “além do capitalismo”, ao mesmo tempo, não percebe os dois traços fundamentais referidos acima, resultando: do primeiro, que no capitalismo a humanidade não é uma família que possa decidir dialogando o que fazer (produzir, distribuir, consumir, preservar, recuperar) e do segundo, que a concorrência feroz onde sobrevive aquele que consegue maior lucro, impossibilita que sejam tomadas medidas radicais (no sentido de ir até a raiz) e duradouras nas áreas de preservação-recuperação da natureza doente (incluída a humana) por causa do impacto causado nessa lógica do lucro (Lopez Velasco, 2008, p. 16).

Freire caracteriza a “educação” como um processo sem fim no qual os seres humanos trazem à luz as diversas formas de opressão e agem para tentar eliminá-las, esse é o conteúdo freireano de conscientização. Os pais precisam ter a humildade e a sabedoria de aprenderem com os seus filhos ao mesmo tempo em que os ensinam. Os mestres precisam ter a mesma atitude com seus alunos, o dirigente social ou político precisa ter o mesmo comportamento com relação aos cidadãos (Lopez Velasco 2008, p. 14).

O ecomunitarismo visa à superação da alienação e da fragmentação do indivíduo, tornando-os indivíduos universais (Lopez Velasco, 2012, p. 20). A educação “bancária” como mantenedora da alienação da sociedade, reproduz e eterniza as condições de exploração da condição ontológica do “ser mais” do ser humano, a educação “bancária” impede a sua vocação humana de “ser mais” alienando-o de suas potencialidades inatas, alienando-o do desenvolvimento pleno e integral de sua consciência. Nesse caso, o ser humano está alienado de si mesmo, dos seus semelhantes e do restante da natureza, ocasionando a falta de consciência ambiental e causando a crise ambiental que vivemos.

Paulo Freire (2011, p. 85) explica que “a questão está em que pensar autenticamente é perigoso”. O estranho humanismo desta concepção ‘bancária’ se reduz à tentativa de fazer dos homens o seu contrário – o autômato, que é a negação de sua ontológica vocação de “ser mais”.

A educação “bancária” é uma narração de conteúdos, é a prática de “encher” os educandos de conteúdos retalhados, desconectados da totalidade (Freire, 2011, p. 79). A palavra nessas narrações se esvazia da dimensão concreta que deveria ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante (Freire, 2011, p. 80).

Paulo Freire (2011, p. 84) diz que: “Na verdade, o que pretendem os opressores ‘é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a sua situação que os oprime’ e isto para que, melhor adaptando-os a esta situação, melhor os dominem”. Para isso, se servem da concepção “bancária” da educação, esse tipo de educação não serve para a conscientização e libertação dos homens. A educação “bancária” anula ou minimiza o poder criador do ser humano, estimula a sua ingenuidade e não a sua criticidade, satisfaz os interesses dos opressores que não estão interessados na transformação do mundo, já que a transformação é a condenação de sua condição dominadora.

O ser humano alienado teme a liberdade, está acomodado e adaptado, “imerso” na própria engrenagem do sistema dominador. Lutar pela liberdade significa ameaça por medo da repressão (Freire, 2011, p. 47).

A educação “bancária” faz com que o indivíduo se aliene, ou seja, se separe de si mesmo, se aliene de sua capacidade de “ser mais”, de sua capacidade criativa, produtiva e de descobrir e desenvolver suas múltiplas capacidades. É um aprisionamento da sua consciência, um aprisionamento de seu ser, por isso, faz-se necessária a libertação através da educação problematizadora e libertadora. A alienação impede o desenvolvimento do indivíduo universal, ou seja, desenvolvido em todas as suas vocações e aptidões (Lopez Velasco, 2012, p. 44). Os oprimidos em sua libertação precisam reconhecer-se como homem, na sua vocação ontológica e histórica de *ser mais* (Freire, 2011, p. 72).

Decorar o conteúdo na perspectiva da educação bancária produz o estranhamento, a alienação do saber que o indivíduo teria condições de estudar, investigar e apreendê-lo, constatando sua importância prática na vida e na sociedade. Na educação bancária os indivíduos estão alienados entre si, como não dialogam, não há a dialogicidade, portanto, não existe a essência da educação como prática da liberdade, ou seja, não há processo educativo, porque “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 2011, p. 95). E a educação sendo prática da libertação, cabe citar Freire: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (Freire, 2011, p. 71). Essas duas frases revelam a essência da educação como prática da libertação, educação é libertação, libertação da ignorância, libertação dos grilhões do capitalismo, libertação da falta de humanidade e solidariedade presentes nesse sistema opressor.

A educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano que impelem o homem a ir adiante, tais contradições conscientizadas tornam insuportável a acomodação (Freire, 2011, p. 29). A tomada de consciência expõe as insatisfações sociais e a opressão, permitindo a discussão do *status quo* para a sua transformação. A consciência emerge do mundo vivido problematizando-o. Conscientizar é politizar.

Fora da busca, fora da práxis, os homens não podem “ser mais”. Na educação “bancária” não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem do mundo, com o mundo e com os outros (Freire, 2011, p. 81). A transformação se dá pela

palavra como força transformadora. Para manter a contradição, a concepção “bancária” nega a dialogicidade como essência da educação.

A problematização e a libertação são a ação e reflexão do homem sobre o mundo para transformá-lo. Na educação “bancária”, os homens são vistos como seres da adaptação, do ajustamento e não se desenvolve a consciência crítica de que resulta a sua inserção no mundo, como transformadores dele, como sujeitos. A ação dialógica faz emergir as contradições. A educação “bancária” serve à dominação. A educação problematizadora serve à libertação, asuperação da contradição opressores-oprimidos.

Na concepção da educação “bancária”, os homens simplesmente estão *no* mundo e não *com o* mundo e *com os* outros. É a educação como prática da alienação e da dominação, com o intuito de apassivar os homens e adaptá-los ao mundo, assim, melhor adaptados, “educados”, adequados ao mundo, mais suscetíveis de serem manipulados e oprimidos. A educação problematizadora e libertadora tem o poder de romper com a lógica capitalista de alienação do saber, a alienação viola a liberdade de decisão.

A transformação radical – a radicalização é sempre criadora, pela criticidade que alimenta. A radicalização é crítica, por isso, libertadora. Libertadora porque os engaja na transformação da realidade concreta e objetiva (Freire, 2011, p. 34).

A pedagogia do oprimido é aquela que tem que ser forjada *com* ele e não *para* ele. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas, objeto da reflexão, de que resulta no seu engajamento necessário na luta por sua libertação (vocação histórica do “ser mais”) (Freire, 2011, p. 43).

Freire (2011, p. 74) diz: “...Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é libertação de homens e não de ‘coisas’. Por isto, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho -, também não é libertação de uns feita por outros”. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, é práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (Freire, 2011, p. 93). A educação problematizadora é a essência do ser da consciência, que é a sua intencionalidade e existência, a comunicação.

Para a superação da contradição opressores-oprimidos, a educação problematizadora afirma a dialogicidade e se faz dialógica, trabalha com a problematização dos ensinamentos, com a meta da libertação da consciência humana e superação da condição opressora. A educação “bancária” é a pedagogia como prática da dominação, enquanto a pedagogia

libertadora é a pedagogia como prática da libertação, pedagogia enraizada na vida das pessoas. A pedagogia do oprimido é libertadora de ambos, oprimido e opressor.

Sirio Lopez Velasco (2010, p. 12) define a educação ambiental como uma educação socioambiental problematizadora (no sentido de Paulo Freire) fundamentada na ética argumentativa e orientada rumo ao ecomunitarismo (ordem socioambiental pós-capitalista).

Nesse contexto, Lopez Velasco diz:

...Assim, considero que a educação ambiental deve ser crítica, ou seja, romper e se afastar do capitalismo, que é a ordem socioambiental dominante e na qual sacrifica-se o ser humano e a natureza não humana em nome do lucro, e que essa EA deve transformar rumo ao ecomunitarismo (ordem socioambiental pós-capitalista na qual os seres humanos podem se realizar solidariamente como indivíduos universais, e que os reconcilia com a natureza não humana, com a qual estabelecem relações de preservação-regeneração permanentes). Nesse contexto, opino que a EA se divide em duas grandes tendências: aquela que pretende atuar **dentro** do capitalismo, e aquela que critica o capitalismo e quer ajudar à construção da ordem socioambiental pós-capitalista que é o ecomunitarismo (2010, p. 12)

5. Conclusões

A educação ambiental deve assumir a crítica ao capitalismo para alcançar seus objetivos, a ordem social vigente é opressora e oprime a natureza, produz alienação, exclusão social e a exploração desenfreada dos recursos naturais produzindo a situação de crise ambiental da atualidade. Portanto, se a educação problematizadora pretende ser verdadeiramente freireana, deve assumir uma postura pós-capitalista.

Para superar a alienação é necessário ir à raiz do problema, ou seja, o modelo de sociedade que vivemos. A educação ambiental que não abordar a essência, a força motriz dos processos de opressão, é uma educação não ambiental e não realizará a problematização e a libertação da condição opressora, já que a libertação é a transformação radical.

A educação “bancária” como mantenedora da alienação da sociedade reproduz e eterniza as condições de exploração do “ser mais” do ser humano. No capitalismo ele está alienado de si mesmo, dos seus semelhantes e do restante da natureza. A sociedade opressora realiza a conservação do *status quo* com a educação “bancária”, mantendo e estimulando a contradição. Para manter essa condição, a concepção “bancária” nega a dialogicidade como essência da educação, negando a comunicação simétrica entre educadores e educandos. A

ação dialógica faz emergir as contradições, propiciando a problematização destas através da conscientização. Desse processo advém à libertação e superação oprimidos.

A educação “bancária” é uma educação como prática da alienação, da dominação que serve para apassivar os homens e adaptá-los ao mundo para serem manipulados pelo sistema dominador. A educação “bancária” anula ou minimiza o poder criador do ser humano, estimula a sua ingenuidade e não a sua criticidade, satisfaz os interesses dos opressores, que não estão interessados na transformação do mundo.

A concepção problematizadora parte da análise da própria realidade para compreender os problemas e superá-los, em contrapartida, a concepção “bancária” não abre espaço para a problematização. A EA tem a importante e difícil tarefa de estabelecer o diálogo interdisciplinar e agir na problematização dos homens em suas relações com o mundo, desenvolvendo sua capacidade de participação da vida social de forma crítica e investigativa, isso significa que a aprendizagem de um conhecimento deve ser útil para transformar a realidade para nela intervir, recriando-a. A educação não pode ser trabalhada como “depósito” de conteúdos e as instituições de ensino como “depósito” de alunos, tratar as pessoas como coisas é típico do sistema opressor capitalista, que transforma as pessoas em meros números e estatísticas sem analisar o contexto.

O projeto educacional e cultural que sustenta o capitalismo não é colocado em discussão nos espaços educacionais, como a escola, porque a formação dos professores é fundamentada na discussão dos métodos de instrução ou de ensinar as formas de apropriação desse conhecimento, supostamente neutros, como se fossem produzidos fora da história e sem parâmetros sociais, éticos e humanos.

A educação vinculada à vida real, suas contradições, sua historicidade pretende educar os sujeitos para um trabalho não alienado e para intervir nas circunstâncias objetivas que produzem a alienação humana. Por isso, ela desafia o pensamento pedagógico a entender os processos econômicos, políticos e culturais como formadores do ser humano e, portanto, constituintes de um projeto de educação emancipatória.

Na educação ambiental ecomunitarista, o educando é o sujeito da ação educativa em conjunto com o educador, ambos são investigadores e desveladores da realidade por meio de uma educação dialógica baseada na comunicação simétrica, na inter e transdisciplinaridade e na prática pedagógica problematizadora e emancipatória, propondo uma transformação

radical da educação e da relação educador e educando. A dialogicidade é fundamental nesse processo de libertação, porque a transformação se dá pela palavra como força transformadora.

O professor deve compreender que ele pode ser opressor de seus alunos, e em outro aspecto, ele é oprimido também. Em outra situação, o aluno pode ser o opressor do professor. Mas, tendo uma visão mais universal da situação, todos são oprimidos nesse modelo de sociedade que vivemos.

A compreensão naturalista separa o homem da natureza. O meio ambiente é uma teia de interações entre a cultura, sociedade, base física e biológica dos processos vitais, no qual todos se modificam dinamicamente e mutuamente, por isso, o trabalho da educação ambiental precisa ter uma visão da totalidade das questões ambientais locais e regionais, um agir e pensar local e globalmente.

A educação problematizadora e libertadora tem o poder de romper com a lógica capitalista de alienação do saber, a alienação viola a liberdade de decisão. A consciência emerge do mundo vivido problematizando-o. Conscientizar é politizar.

A realidade social de opressão é produto da ação dos homens e somente eles podem modificar essa situação. A tarefa de transformar essa realidade histórica é tarefa dos homens, para libertar-se da realidade opressora e alienadora necessita-se a emergência dela, seu desvelamento crítico e a prática da ação e reflexão no mundo para transformá-lo.

Referências bibliográficas

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LOPEZ VELASCO, Sirio. Ética argumentativa da libertação e epistemologia da educação ambiental problematizadora. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, FURG, Rio Grande, v. 13, jul./dez. de 2004. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol13/art4.pdf>

_____. *Ética para o século XXI: rumo ao ecomunitarismo*. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

_____. *Introdução à Educação Ambiental Ecomunitarista*. Rio Grande: editora da FURG, 2008.

_____. Notas críticas sobre a educação ambiental crítica e transformadora desde a ética ecomunitarista. *Revista Filosofazer*, Passo Fundo, v. 19, n. 36, jan./jun. de 2010. Disponível em: <http://201.86.212.89/seer/index.php/filosofazer/article/viewArticle/122>

_____. *Ideias para o socialismo do século XXI com visão marxiana-ecomunitarista*. Rio Grande. Editora da FURG, 2012.